

Os Rumos da Situação Econômica do Brasil

The Course of Brazil's Economic Situation

Muito se tem falado sobre a situação econômica brasileira. Casos de corrupção e notícias sobre a crise assumem as manchetes de jornal, basta ligar a televisão ou acessar a internet para encontrar algo sobre o assunto. Mas a crise econômica realmente existe nessa intensidade? Quais são as consequências e desdobramentos dela?

Leda Maria Paulani é economista e professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Foi também secretária municipal de planejamento, orçamento e gestão da Prefeitura de São Paulo entre janeiro de 2013 e fevereiro deste ano. Em entrevista para a *Revista de Cultura e Extensão USP*, ela traça um panorama sobre a atual situação econômica do Brasil, a atitude da mídia frente à crise e o impacto da corrupção, além de apontar algumas perspectivas para o futuro.



“O crescimento é importante por causa do nível de emprego. E creio que essa política está impondo um ritmo econômico de desaceleração que não será fácil nem rápido reverter.” Foto: Marcos Santos/USP Imagens

DIANA HELENA DE
BENEDETTO POZZI,
BRUNO ROBERTO
PADOVANO, PRIMAVERA
BORELLI, SUZANA
HELENA DE AVELAR
GOMES, WALDENYR
CALDAS E ISADORA
VITTI

Universidade de São Paulo.
Pró-Reitoria de Cultura e
Extensão Universitária, São
Paulo, Brasil

LEDA MARIA PAULANI

Universidade de São Paulo.
Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade,
São Paulo, Brasil

Primavera Borelli – *A crise mundial em 2008 não atingiu o Brasil, no período, de forma drástica. Embora soubéssemos que em algum momento teríamos o reflexo dela, me surpreende que a mídia propale uma piora das condições da economia, dizendo que ela está falida. A crise existe nessa intensidade ou está sendo “fabricada” pela imprensa midiática?*

Leda Maria Paulani – Essa crise tem vários desdobramentos, ela não aconteceu apenas na quebra dos bancos e depois que isso foi resolvido a crise terminou. Era e é uma crise estrutural, ela tem causas que vêm se constituindo há décadas, então não vai acabar de hoje para amanhã.

A economia brasileira vinha crescendo em um ritmo bem acelerado naquele momento. E então veio a crise e ela caiu, tanto é que o nosso PIB em 2009 praticamente empatou, foi -0,3 (houve uma mudança agora na metodologia do cálculo do PIB, mas era alguma coisa dessa ordem). Mas quando chegou em 2010, cresceu sete e tantos por cento. Na realidade, se somarmos os dois anos, em média a economia continuou crescendo o que ela vinha crescendo. Então, o que aconteceu? O governo tomou basicamente duas medidas: a primeira foi o subsídio do IPI dos automóveis e dos eletrodomésticos da chamada “linha branca” (geladeiras, máquina de lavar roupa, fogão), porque com isso se reduz o preço dos bens, e isso aumenta a demanda por eles, o consumo se mantém e a economia mantém seu ritmo. Outra medida importante que o governo tomou foi utilizar os bancos públicos pra descongelar o crédito interbancário. A crise fica muito grave quando se congela o crédito interbancário porque os bancos se socorrem mutuamente. Se um banco em um dia fecha em negativo, porque ele teve mais saques contra ele do que depósitos nele, seja por pagamento ou conta corrente, ele pode pedir dinheiro para

ESSE DESDOBRAMENTO NEGATIVO DA CRISE SÓ COMEÇOU A FICAR VISÍVEL EM 2012, 2013. E O GOVERNO TOMOU NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAR ISSO E EVITAR QUE O NÚMERO DO DESEMPREGO VOLTASSE A SUBIR, COMO, POR EXEMPLO, A DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO. MAS ISSO NÃO FOI SUFICIENTE PARA IMPEDIR O RITMO MAIS LENTO DA ECONOMIA.

o Banco Central ou para seus parceiros. Quando ocorre uma crise desse tamanho, congela-se esse negócio, porque ninguém tem confiança de emprestar para ninguém. O governo inicialmente reduziu a exigência de depósito compulsório, porque de cada depósito que entra nos bancos, uma parte deve ser depositada no Banco Central, que é o que dá segurança para o sistema bancário como um todo. Isso chama-se “depósito compulsório”. O governo logo de imediato reduziu o compulsório para aumentar a liquidez dos bancos, para ver se os bancos voltavam a emprestar uns para os outros. Não adiantou. A incerteza foi tão grande que o dinheiro liberado do compulsório foi aplicado em títulos públicos. Esse problema só se resolveu quando o governo usou os bancos públicos para começar a emprestar. O Banco do Brasil saiu emprestando, e também a Caixa Econômica, o BNDES... E então os bancos privados foram atrás e o interbancário descongelou. Então foi uma medida que permitiu que o país saísse daquela situação estagnada de momento e aos poucos aquelas medidas de redução de tributo, de subsídio permitiram que o ritmo em que a economia vinha crescendo até então naqueles três ou quatro últimos anos fosse retomado.

Só que a crise não acabou lá fora, e ela foi tendo desdobramentos que foram muito piores para nós. O principal desdobramento negativo que ela teve foi reduzir o crescimento da China e da Índia. Com relação a esse crescimento reduzido, dizemos que eles “puxaram o freio de mão”. A China hoje é um “elefante”, ela é muito grande. Então faz uma diferença brutal para o ritmo de crescimento da economia mundial se a China cresce a 11% ou se ela cresce a 6%. Isso fez com que não só o volume de demanda pelas chamadas *commodities* que o Brasil exporta – como minério de ferro, soja etc. – fosse reduzido, mas principalmente seu preço. A redução

começou a complicar muito as nossas contas externas, porque esses setores têm um grande impacto dentro da economia. Então, se eles vinham crescendo a um ritmo e precisaram “puxar o freio de mão”, teve-se um efeito multiplicador ao contrário, que foi afetando o resto da economia.

Esse desdobramento negativo da crise só começou a ficar visível em 2012, 2013. E o governo tomou novas medidas para enfrentar isso e evitar que o número do desemprego voltasse a subir, como, por exemplo, a desoneração da folha de pagamento. Mas isso não foi suficiente para impedir o ritmo mais lento da economia.

Não é uma crise de puxar os cabelos. Tem muito terrorismo na mídia. O que aconteceu de fato, portanto, foi uma piora das contas externas, em função dos desdobramentos da crise internacional e uma piora das contas públicas, em função dos subsídios e alívio fiscal concedidos ao setor privado na esperança de sustentar o nível de emprego. As contas públicas vinham produzindo um resultado primário positivo desde 2002. E de repente, em 2014, foi negativo, em 0,6% do PIB, algo nessa ordem. E então a mídia fez um escarcéu e toda a análise científica de pesquisadores das universidades acabou colaborando pra isso também, transformando isso em um problema gigantesco, que de meu ponto de vista não é. Não é que a crise não exista, ela existe, ela existe interna e externamente, mas há uma disposição da mídia em demonstrar as coisas piores do que estão de fato.

Bruno Roberto Padovano – *Na sua visão, parece que o mercado se posiciona “em bloco” contra a Dilma, apesar de ela estar tentando agradá-lo com a atual política de austeridade nos gastos públicos. Existem setores dentro do mercado que são menos hostis ou até favoráveis à atual política econômica da Dilma? E,*

se for o caso, o que isso pode significar para o futuro político do PT na direção do país?

LMP – Acredito que o mercado financeiro propriamente dito criou uma “ojeriza” à Dilma porque a política que ela fez em seu primeiro governo foi “anti-mercado financeiro”. Porque, primeiro, ela tirou o Henrique Meirelles da presidência do Banco Central e colocou um funcionário de carreira na presidência do Banco. Segundo, ela enfrentou os interesses financeiros quando criou um forte processo de redução das taxas de juros na metade de 2011, até maio, abril de 2013. Foram quase dois anos de queda contínua da taxa de juros, e essa queda prejudica imensamente ao mercado financeiro. E também porque ela usou os bancos

públicos para forçar a redução dos spreads bancários, em empréstimos normais de crédito pessoal, capital de giro e etc. Ela obrigou os bancos públicos a emprestarem com um *spread* menor, e os privados mais uma vez tiveram que ir atrás pra não perder mercado.

Então ela fez uma política de enfrentamento com o mercado financeiro, que desde o governo FHC (desde o governo Collor na verdade, mas considerando o período “pós-estabilização monetária”, pós Plano Real) nunca tinha sido feita, nem o Lula tinha enfrentado o mercado financeiro. Por isso ela se tornou alvo de um ódio gigantesco do mercado financeiro. Eu tenho amigos do mercado financeiro que dizem que ela é odiada.

Essa política que está sendo feita agora é uma coisa que me surpreendeu e me decepcionou. Não que eu achasse que ela não fosse fazer alguma coisa nessa linha do ajuste, da retomada do equilíbrio, até porque, dado o escândalo que a mídia fez com o resultado primário negativo de 2014, algum sinal nessa direção ela teria que dar para a população como um todo. Mas a forma dura e brutal como

NÓS JÁ ESTÁVAMOS ENGATANDO A ECONOMIA BRASILEIRA NA LOCOMOTIVA DO CRESCIMENTO MUNDIAL E, PRINCIPALMENTE, NO VAGÃO CHINÊS. E O CRESCIMENTO VEIO ESTIMULADO POR ESSA DEMANDA EXTERNA QUE CRESCIA LOUCAMENTE, NÃO COMO RESULTADO DO AJUSTE ORTODOXO PROMOVIDO POR LULA-PALLOCI-MEIRELLES.

isso está sendo feito, com o peso todo sendo jogado nas costas dos trabalhadores e das políticas públicas, e a pessoa que ela chamou, que é o Levy, indicam que a intenção foi justamente fazer uma média com esse setor que tem essa “ojeriza” a ela, mas que evidentemente não funcionou. Eles não deram o respiro a ela que ela imaginou que teria.

De outro lado, tenho a impressão de que a estratégia escolhida foi uma tentativa de repetir o que foi feito em 2003, porque quando Lula ganhou as eleições também havia essa incerteza toda, e o dólar tinha subido. O Lula fez essa política ortodoxa, a mesma coisa: corte de gastos do governo, subida de taxa de juros, controle da liquidez. E depois a economia começou a crescer. Na realidade, a economia começou a crescer por causa da situação externa. Nós já estávamos engatando a economia brasileira na locomotiva do crescimento mundial e principalmente no vagão chinês, e o crescimento veio estimulado por essa demanda externa que crescia loucamente, não como resultado do ajuste ortodoxo promovido por Lula-Pallosi-Meirelles. Eu acho que o Lula teve muita influência nessa decisão da Dilma de chamar o Levy e fazer esse tipo de ajuste, mas o que se esperava era isso: “A casa está bagunçada, eu arrumo a casa e volto a crescer”. Só que a situação externa é totalmente diferente, não é a mesma situação que se tinha em 2003. A situação interna também é diferente porque os investimentos públicos foram muito penalizados nos últimos anos e a economia está bem desacelerada desde pelo menos 2013.

Efetivamente o setor financeiro deve estar achando muito boa a política da Dilma porque é a política que eles defendem (da austeridade, ajuste fiscal, taxa de juros elevada, corte de gastos do governo, corte de direitos sociais). Não importa o que aconteça com o produto, com o emprego, com a renda, com as políticas públicas, eles não se

importam com isso. Então a Dilma está fazendo a política deles e acredito que devem estar gostando, mas isso não vai se transformar em apoio político.

Bruno Roberto Padovano – *Entre suas propostas, a professora cita, além do controle do fluxo de capitais e a redução da taxa de juros, a “necessidade de mudar a estrutura tributária do país, porque ela, hoje, permite que se perpetue a desigualdade”. O que deveria ser mudado nesta estrutura para que a economia volte a crescer com mais igualdade? Que bons exemplos, no mundo, você citaria?*

LMP – O sistema tributário brasileiro tem dois problemas. O primeiro e principal problema é que a estrutura tributária é muito regressiva, ou seja, por meio do sistema tributário, ao invés de se reduzir a desigualdade, você a acaba aprofundando.

Isso acontece porque no nosso sistema tributário, os tributos que têm maior peso são os chamados “tributos indiretos”, que são aqueles que você não vê, pagos embutidos no preço das coisas. E sendo assim, se compro, por exemplo, um quilo de carne, eu, que ganho 40, estarei pagando o mesmo tributo que uma pessoa que ganha quatro. Isso é regressivo porque não tem como fazer um tributo de forma indireta progressivamente, já que o tributo é embutido no preço, independente de quem compra. Então é óbvio que isso, em um país que já é extremamente desigual, aprofunda a desigualdade. O primeiro problema é esse: é um sistema tributário em que os tributos indiretos têm maior peso, e deveria ser o contrário: os tributos diretos são os que deveriam pesar mais.

Quais são os tributos diretos? Aí está o nosso segundo problema. São os tributos sobre a renda e sobre o patrimônio, são aqueles tributos que você paga como tributos e não disfarçados nos preços das coisas. Dentro desses tributos diretos, os tributos sobre o patrimônio têm um peso ridículo e o maior peso é dos tributos sobre a renda. Isso é

QUAIS SÃO OS TRIBUTOS DIRETOS? AÍ ESTÁ O NOSSO SEGUNDO PROBLEMA. SÃO OS TRIBUTOS SOBRE A RENDA E SOBRE O PATRIMÔNIO, SÃO AQUELES TRIBUTOS QUE VOCÊ PAGA COMO TRIBUTOS E NÃO DISFARÇADOS NOS PREÇOS DAS COISAS.

outra das causas do aprofundamento da desigualdade. O patrimônio é muito mais mal distribuído do que a renda. Se temos uma desigualdade de renda brutal no Brasil, a desigualdade de riqueza, ou seja, de estoque de riqueza, é maior ainda. E o sistema tributário dá maior peso à renda do que ao patrimônio. O melhor seria ter um imposto sobre herança muito maior – principalmente sobre grandes heranças –, um imposto progressivo, e a partir de um determinado limite isentar esse tributo. Isso porque para uma pessoa que morre e deixa uma casinha que vale R\$100 mil e uma poupança de R\$20 mil, é injusto que seja tributado. Mas para alguém que morre e deixa milhões, às vezes bilhões, para seus herdeiros, o Estado deveria tributar muito mais fortemente.

O IPTU, por exemplo, é um imposto sobre patrimônio. Se você tem um imóvel, você paga um tributo, neste caso à Prefeitura do município em que o imóvel se localiza. O prefeito Fernando Haddad tentou aumentar o IPTU e deu essa confusão toda. Mas o IPTU de São Paulo, comparado às outras capitais do mundo é ridiculamente baixo, porque o Brasil não tributa patrimônio. O imposto territorial rural é ridiculamente baixo e assim por diante. Então, dentro do grupo dos tributos diretos, os impostos sobre patrimônio são marginais, o grande peso é do imposto sobre a renda.

Mesmo no imposto sobre a renda, deveria haver faixas mais altas para rendas mais elevadas o que não há. Em alguns lugares do mundo a última faixa de tributação é 60%, a nossa é 27%. Em qualquer país mais avançado do mundo, os impostos sobre patrimônio são muito maiores do que são aqui. Então, se isso fosse feito: aumentassem as faixas do imposto de renda, fizessem os impostos sobre patrimônio para valer e criassem um imposto sobre grandes fortunas, se aumentaria a carga tributária com um espaço muito maior e poderiam ser reduzidos os tributos indiretos. Aí sim você faria o sistema tributário jogar pela redução da desigualdade e não pelo aprofundamento dela.

Todos os países desenvolvidos fazem isso: a Escandinávia, os países da Europa... Todos eles têm

impostos sobre patrimônio muito mais elevados que os nossos e uma estrutura tributária que é focada nos tributos diretos e não nos indiretos. Os indiretos existem em qualquer local do mundo, mas eles são muito menos importantes do que são aqui. No caso do Brasil, a forma como se tributa acaba por aprofundar a desigualdade.

Suzana Avelar – *A senhora falou, numa entrevista para o Brasil de Fato, que “Muitos falaram que o país tinha perdido a credibilidade no mundo, só que isso não bate com o dado da entrada de capitais externos na economia brasileira. São R\$65 bilhões esse ano, a média no período Dilma é de R\$64 bilhões”. Que tipo de capital externo houve nessa entrada? Ele é mais ligado a investimentos a curto ou longo prazos?*

LMP – Eu me referi aí aos chamados investimentos externos diretos, que por definição são de longo prazo, porque são investimentos na produção. Os investimentos que podem ser de curto prazo são investimentos financeiros, principalmente os chamados “investimentos de portfólio” ou “investimentos em carteira”. Esses sim configuram capital de curto prazo, porque como todos esses ativos financeiros têm mercados secundários, pode-se comprar hoje e vender amanhã, ou até no mesmo dia. Quando entra esse dinheiro cria-se um passivo externo que pode ser cobrado com muita rapidez, porque é esse tipo de capital.

Agora, investimento direto não. Não é de curto prazo, porque normalmente trata-se de investimento em produção, em estrutura produtiva. É verdade que temos dentro dessa rubrica de investimentos externos diretos os chamados “empréstimo entre filiais”. Por exemplo, se a Volkswagen alemã emprestar dinheiro para a Volkswagen brasileira, isso não vai aparecer como empréstimo, mas sim como *investimento direto*, porque tudo se passa como se a Volkswagen quisesse aumentar seu investimento no Brasil e está emprestando pra filial dela aqui. E como havia uma diferença grande na taxa de juros, isso também influenciava esse tipo de operação. Mas isso não quer dizer que seja a curto prazo. É nesse sentido que eu estava falando.

Isadora Vitti – *Você vê perspectivas de crescimento econômico nos próximos anos?*

LMP – Eu acho que o Brasil tem, estruturalmente, todas as condições necessárias para crescer. Ele tem um mercado interno potencial muito grande, e por isso todos os grandes grupos econômicos do mundo estão de olho no Brasil. É um país grande e de renda média: hoje, a *renda per capita* brasileira está muito próxima da renda média mundial. Então não é desprezível pra qualquer grupo quer seja nacional, internacional ou multinacional, um país desse tamanho com 200 milhões de pessoas e com um nível de renda média substantivo. Além do mercado interno grande, você tem recursos naturais insondáveis no Brasil. Do ponto de vista capitalista, ele possui tudo pra ser um país muito rico e muito influente e com uma economia muito vigorosa.

Pensando a longo prazo, eu diria que o Brasil também tem todas as condições de crescer. Porém, a curto e médio prazos eu acho a situação complicada, porque primeiro: nós dependemos, sim, do que acontece na economia mundial para o nosso equilíbrio das contas externas; e a economia mundial não vai bem, ela está muito instável, vide a confusão em que está toda a região europeia por conta da Grécia e do euro, que é uma moeda que ainda tem muitos problemas pra se firmar. A economia americana está retomando o crescimento, mas com problemas (bolhas de ativos se formando, em ações por exemplo) e num ritmo inferior ao do período pré- crise. Os países chamados “emergentes” também estão crescendo menos, por decisão de seus próprios governos. Então a situação externa não é muito favorável para nós.

E internamente esse tipo de política que está sendo feita agora, com esse cenário externo como pano de fundo, pode colocar a economia num ritmo recessivo do qual demore a se recuperar. Porque, diferentemente do que aconteceu em 2003, não haverá o setor externo para alavancar o crescimento. Em 2003, como o setor externo estava “bombando”, a demanda externa foi suficiente pra dinamizar o resto da economia, mas agora não

temos mais isso. Nesse ambiente externo nós não temos a ajuda da alavanca externa, então dependemos do mercado interno para ter dinamismo para crescer. E com esses ajustes, com esses cortes, com essa política que está sendo feita, com os juros tão elevados – temos a maior taxa real de juros do mundo de novo – fica muito difícil.

Quando se derruba a economia no chão desse jeito, tendo um cenário externo adverso, como temos agora, não é em um estalo que se erguerá a economia. Além disso, a economia vai ficando sem investimento. O investimento, do ponto de vista real – não estou falando do investimento financeiro –, aumenta a capacidade futura de produção de bens e serviços, e se a economia está no chão, sem investir, sua capacidade de crescimento fica afetada. O investimento do brasileiro já é baixo há algumas décadas, e agora ficará mais baixo ainda. E como é que se cresce se não foram criadas as condições reais para isso acontecer? São coisas que precisam ser resolvidas antes da retomada do crescimento.

Portanto, apesar de achar que no longo prazo as coisas não são ruins, no curto e no médio prazos é complicado por causa disso: a situação externa é ruim e, para usar uma metáfora, a política interna está jogando do outro lado.

Isadora Vitti – *Quais as consequências de um maior investimento público na economia, à frente do investimento privado? Quais políticas deveriam ser tomadas para que isso aconteça?*

LMP – Investimento é investimento, não importa se é público ou privado (investimento real, estamos falando aqui mais uma vez). Ele tem sempre esse papel de aumentar as possibilidades futuras da produção de bens e serviços. Normalmente os investimentos públicos são em infraestrutura, como portuária, de estrada, sistema de telecomunicações e energia, e o investimento privado, nos outros setores da economia. Historicamente, o investimento público sempre foi importante para o Brasil. Nunca o investimento privado teve a iniciativa de investir no país. Nossa burguesia não é assim.

Todas as vezes em que o país cresceu muito foi porque o governo estava puxando. Então o governo sai na frente com um pacote de investimentos grande e isso acaba alavancando o setor privado. O investimento público tem essa importância. Agora, do ponto de vista substantivo, é tudo investimento.

No Brasil, em particular, o investimento público tem esse papel também de puxar o investimento privado, por isso muita gente critica a política que foi feita no primeiro governo Dilma principalmente a de desoneração, que começou seletivamente em alguns setores e depois vigorou indiscriminadamente. Eu concordo plenamente com essas críticas. Há um custo alto para esse tipo de política econômica: gastou-se uma enormidade de recursos, porque são tributos que o Estado deixou de receber (é como se aquilo que foi recebido fosse devolvido para o setor) e com resultados pífios. Muita gente diz que se esses recursos todos tivessem se tornado investimentos públicos, o resultado, do ponto de vista da dinâmica da economia, teria sido muito melhor. Porque o que foi feito foi o contrário, foram reduzidos tributos, depois se exonerou a folha na esperança de que o setor privado investisse, e o setor privado não investiu! Apenas aumentou sua margem de lucro. Então muita gente, e eu me incluo aí, critica a política feita pelo governo Dilma nesse ponto em particular porque acha que, se esse dinheiro tivesse sido investido em toda a parte de infraestrutura que o país precisa, isso teria dinamizado a economia. Os recursos teriam sido muito mais bem gastos, porque o investimento nesses setores de base, além de configurarem demanda para a economia imediatamente, têm um efeito multiplicador muito alto.

Então o que precisa ser feito para que o investimento retorne é mudar a política. Com essa

política de ajuste fiscal fica complicado. Como o gasto corrente é muito difícil de ser comprimido, em geral o que acaba acontecendo é que se comprime o investimento. Então, na realidade estamos diminuindo ainda mais o investimento público, num momento em que ele deveria estar sendo aumentado.

Diana Helena de Benedetto Pozzi – *Existe alguma relação entre agiotagem, paraísos fiscais e o crescimento das desigualdades?*

LMP – Consideremos o termo “agiotagem” como “taxa de juros”. Há uma discussão sobre o fato de que as taxas de juros são muito elevadas, em termos reais, há vinte anos. Tirando esse pe-

queno período do governo Dilma em que ela reduziu as taxas de juros (de meados de 2011 até os primeiros meses de 2013), de 1994 para cá, desde que começou o *Plano Real*, as taxas de juros são injustificadamente elevadas. E eu acredito – eu e o Piketty* – que isso contribua para o aumento da desigualdade. A taxa de juros é a remuneração do capital financeiro, então, quando se põe a remuneração do capital lá em cima, e ela é garantida,

porque é via títulos públicos, aumenta-se todas as outras taxas de juros da economia. Mas outros tipos de rendas não estão crescendo desse jeito, o salário não está crescendo desse jeito. E isso é uma coisa que o *Índice de Gini* [ver glossário ao final da entrevista] não pega.

HISTORICAMENTE, O INVESTIMENTO PÚBLICO SEMPRE FOI IMPORTANTE PARA O BRASIL. NUNCA O INVESTIMENTO PRIVADO TEVE A INICIATIVA DE INVESTIR NO PAÍS. NOSSA BURGUESIA NÃO É ASSIM. TODAS AS VEZES EM QUE O PAÍS CRESCER MUITO FOI PORQUE O GOVERNO ESTAVA PUXANDO. ENTÃO O GOVERNO SAI NA FRENTE COM UM PACOTE DE INVESTIMENTOS GRANDE E ISSO ACABA ALAVANCANDO O SETOR PRIVADO.

*Thomas Piketty é um economista francês autor do best-seller internacional *O capital no século XXI* (2013), que estuda a dinâmica da repartição dos rendimentos e da riqueza nos países desenvolvidos desde o século XVIII.

PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. Trad.: Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Hoje, nosso *Índice de Gini* é muito menor do que era, e quanto maior, mais desigual. Nós chegamos a ter 0,60 em 1994, hoje temos 0,53. Caiu substantivamente, ou seja, a desigualdade diminuiu muito e em um curto espaço de tempo (essas mudanças são em geral muito mais demoradas). Só que a base de dados do *Índice de Gini* é a PNAD, que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE. E 90% das rendas que a PNAD captura são rendas do trabalho. Então, na realidade, tem-se o crescimento real do salário mínimo e o próprio crescimento do volume do *Bolsa Família*, do valor e do volume, que produziu essa queda. Portanto há redução da desigualdade neste nível. Mas a PNAD quase não pega as rendas sobre o capital, apenas algo em torno de 10%. Então ela não pega rendas de juros, rendas de aluguel, renda de dividendo, renda de lucro...

Há um pesquisador, que faz mestrado na UnB, chamado Marcelo Medeiros, que conseguiu entrar nos dados da Receita Federal, porque ele é funcionário, e conseguiu mostrar que apesar da queda do *Índice de Gini* de renda nos últimos anos, quando você tenta fazer um *Índice de Gini* de riqueza você vê que houve uma concentração da riqueza. Uma das razões dessa concentração é, sem dúvida, o nível das taxas de juros. Então, se entendermos agiotagem como taxas de juros elevadas, tem a ver, sim, com o crescimento das desigualdades.

Agora, sobre paraísos fiscais, há uma grande diferença. Porque até aqui temos falado nos limites da legalidade do sistema. Tudo isso é legal, é o próprio Banco Central que, fazendo política monetária, sobe a taxa de juros. Paraíso fiscal é fraude, já entramos em outro ramo. Tudo isso contribui para aumentar a desigualdade, sem dúvida. Ninguém vai roubar pra distribuir! É claro que todo mundo tem que combater a corrupção, mas mesmo com zero de corrupção no país não se resolverão todos os problemas. É imperativo resolver os problemas de corrupção, mas por uma questão moral, por uma questão de que o Estado deve ser respeitado, o que é público tem que ser respeitado. Assim, é preciso combater o que é fraude, o que é

ilegal e o que é imoral.

O que acontece é que a mídia faz muito esse jogo de embolar tudo. Por exemplo, no final do ano, depois da vitória da Dilma, muitas vezes víamos na mídia uma passagem direta entre a "roubalheira" na Petrobras e a necessidade de cortar gastos do governo. A narrativa que se cria é assim: "O governo rouba. Então tem que cortar gastos do governo". Mas assim misturam-se duas coisas completamente diferentes! Uma coisa é defender o combate à corrupção por uma questão de dever, de respeito à coisa pública, aos recursos públicos; outra, bem diferente, é defender uma política econômica que implica a redução dos gastos do governo, o emagrecimento das políticas públicas; mas é justamente pra quem defende esse tipo de política (de austeridade), que interessa fazer essa confusão.

Suzana Avelar – *Nesse sentido, qual o impacto da corrupção para a economia brasileira?*

LMP – Alguns estudos tentaram mensurar isso, mas é difícil. Qualquer metodologia que seja utilizada está sujeita a críticas. E não é simples chegar a um número, até porque quando falamos de corrupção, falamos sempre da conhecida. E aquela que não se conhece? Peguemos, por exemplo, a prefeitura de São Paulo. Eu fui secretária de planejamento do Fernando Haddad de janeiro de 2013 até março de 2015. Desbaratamos – porque o Fernando insistiu nisso e criou uma Controladoria que não existia – uma das maiores quadrilhas de auditores tributários que reduziam o tributo a ser pago pelas empreiteiras.

Estou usando isso apenas como exemplo pra dizer que, por mais que exista corrupção e ela tenha que ser combatida, isso não vai resolver o problema do Brasil. Se amanhã acabarmos com a corrupção, ainda assim não resolveremos 99% dos nossos problemas. Essa quadrilha atuou de 8 a 10 anos, se não me engano. A própria Controladoria estimou que eles roubaram alguma coisa em torno de 500 milhões de reais nesse período. Agora, o orçamento anual da prefeitura é de R\$50 bilhões ao ano. Eles roubaram e roubaram muito, mas

representa, em média anual, 0,1% do orçamento da cidade. Isto posto, dá para dizer que o problema da cidade de São Paulo é só a corrupção? Claro que ela é um problema e os culpados devem ser exemplarmente punidos, mas o problema de São Paulo é estrutural, é o problema da dívida, da falta de investimentos, da estrutura tributária, da enorme demanda por infraestrutura e por políticas públicas. A corrupção não é a responsável por todos esses problemas e seu combate não vai resolvê-los.

Waldenyr Caldas – *A indústria brasileira, e grande parte dos nossos produtos destinados à exportação, não têm qualidade suficiente para competir no mercado internacional, ou mesmo com países emergentes do grupo BRICS. Os preços dos nossos produtos são muito altos e sempre perdem em concorrência com os de outros países. O que o governo poderia fazer para nos tornar mais competitivos no mercado internacional, como o faz hoje a China, por exemplo, sem que pese a qualidade duvidosa de seus produtos?*

LMP – O mercado internacional tem uma variável que é chave, chama-se *taxa de câmbio*. Uma das razões pelas quais os nossos produtos começaram a ficar inviáveis economicamente é que o nosso câmbio ficou muito *apreciado*, ele está apreciado há 20 anos. Isso significa preços em dólar de nossos produtos muito elevados. Em alguns momentos ao longo desse período o câmbio se desvalorizou. Um momento foi em 2002, com aquele “terrorismo econômico” por conta da possibilidade de Lula ganhar a eleição presidencial. Isso permaneceu em 2002, 2003 e depois de alguns anos a apreciação do câmbio foi retomada. Outro momento de desvalorização do câmbio é agora, quando o real voltou a se desvalorizar com a reeleição de Dilma e o aprofundamento da crise política. Fora esses períodos muito curtos, a regra tem sido a apreciação do câmbio. Isso quer dizer que a nossa moeda está valendo mais do que deveria. Assim, os nossos produtos ficam muito caros em dólar, que é a moeda internacional. Então, como eles vão concorrer com outros países que não têm esse problema?

Há outras variáveis, claro: a produtividade, a própria estrutura de cada mercado, a fatia de mercado que o Brasil tem, entre outras. Mas a variável primeira e principal é a taxa de câmbio. Por exemplo, se fabricamos um grampeador e queremos exportá-lo para a Europa, a depender da taxa de câmbio, ele pode custar lá, vamos supor, dez, 20 ou 15 dólares. É evidente que se isso custar dez dólares ele estará em melhores condições pra competir com seus concorrentes de outros países do que se ele custar \$20. Então a taxa de câmbio é a variável mais importante. E o resto da política econômica, principalmente a política monetária com taxas de juros elevadas, jogou esse tempo todo contra a possibilidade de termos uma taxa de câmbio competitiva, ou seja, deixando nossa moeda apreciada e fazendo nosso grampeador custar \$20 e não dez. Isso é que produziu aquilo que alguns autores estão chamando de “desindustrialização do país”. Ou seja, a indústria foi inviabilizada. Quando acontece isso, não se inviabiliza a indústria só no mercado externo, mas no mercado interno também, porque aqui também o nosso grampeador, produzido por uma empresa nacional, vai custar mais do que o produzido pela China, ou por qualquer outro país. Porque nós estamos com o preço errado do câmbio. Então essa empresa perderá mercado externo e também interno, e chegará um momento em que ela quebrará. Há várias empresas da chamada “indústria de transformação”, que é o coração da indústria, que se inviabilizaram.

Então a primeira coisa é a taxa de câmbio. Fora ela, seria preciso melhorar a qualidade dos trabalhadores das indústrias e o nível de estudo deles, pra melhorar a produtividade, porque ela influencia no preço. Agora, com uma política monetária que está sempre jogando o câmbio pra cima e apreciando a moeda, não é possível viabilizar produtos competitivos lá fora, por mais que cresça a produtividade. Estando isso no lugar, será preciso pensar nas outras variáveis, claro, a começar da chamada produtividade, da qualidade do produto e etc.

Diana Helena de Benedetto Pozzi – *Atualmente, muito se tem discutido sobre a prática assistencialista de pessoas e mesmo estados, de doar bolsas a pessoas com menos condições financeiras. Como se sentirão essas pessoas que recebem essa assistência e qual a alternativa para que elas se sintam de fato cidadãos?*

LMP – A preocupação é se aqueles que recebem as bolsas, como o *Bolsa Família*, não se sentem cidadãos porque não estão de fato inseridos no sistema, só estão recebendo uma doação do governo. E aí é o que eu digo: não sou contra o *Bolsa Família*, mas eu gostaria muito que ele acabasse pela falta de necessidade.

As políticas compensatórias não podem se fechar em si mesmas. Elas precisam ter abertura para acoplar políticas de inserção no mercado, para as pessoas que são beneficiadas por elas. Porque a política de renda compensatória resolve a curtíssimo prazo: a pessoa tem zero de renda e se concede uma renda para que não morra de fome. Mas qual a perspectiva de vida dessas pessoas: vão viver de bolsa do Estado o tempo todo? Então como é que o estado pode intervir pra criar uma perspectiva de vida digna para essas pessoas? Acoplando nessas políticas de renda compensatórias outros tipos de política, como geração de renda. Em algumas capitais que foram governadas pelo PT mesmo antes do Lula ser presidente, foram feitas políticas fortes de distribuição de renda com esse diferencial da conexão ulterior de programas de geração de renda. Parece que o espírito era esse logo no início do governo Lula, mas acabou se inviabilizando por razões políticas. Uma coisa é a pessoa receber o *Bolsa Família* do governo, outra coisa é ter seu pequeno negócio próprio. A pessoa se sente fazendo parte do processo de reprodução material da sociedade. E quando ela só recebe um dinheiro “caído do céu”, isso não acontece.

Diana Helena de Benedetto Pozzi – *Pessoas físicas ou jurídicas que investem em ações filantrópicas ou doações de bolsas a pessoas carentes com isso recebem alguns benefícios, inclusive no seu IR, enquanto os estados receberão mais impostos. O principal*

objetivo desses “doadores” é se beneficiar desse “efeito auréola”?

LMP – Acho que há um problema aqui com a questão. Se pessoas físicas ou jurídicas recebem benefícios como, por exemplo, dedução em seu imposto de renda, por aplicarem recursos em determinadas atividades que o poder público quer estimular, então não tem como o Estado receber mais impostos. Nesse caso, ele vai receber menos impostos. Isto posto, o que se pode dizer é que, em boa parte dos casos, esse tipo de arranjo mostra-se um bom negócio para os contribuintes. Veja-mos o caso da aplicação de recursos em atividades culturais. Veja que todos os bancos têm Institutos Culturais. Aqui o que está acontecendo é que eles estão gastando com tributos o mesmo que gastariam antes, contudo como uma parte deles, ao invés de ir para o Estado, vai para a manutenção de um instituto cultural com o nome da empresa supostamente patrocinadora (na realidade é o Estado quem está patrocinando), a instituição em questão passa de mecenas, de incentivadora das artes e de promotora da cultura. Eles têm então esse ganho adicional, que o pagamento puro e simples dos tributos não lhes traria.

Diana Helena de Benedetto Pozzi – *Bancos e outras agências financeiras são os sucessores formais e legais da agiotagem?*

LMP – Depende do que se entende por agiotagem. Se entendermos agiotagem como o empréstimo de dinheiro a juros excessivos, e se entendermos estes últimos como aqueles que se colocam acima do nível empregado nos empréstimos realizados pelos bancos regulares, então, por definição, não se pode dizer que os bancos e as financeiras sejam agiotas ou que pratiquem a agiotagem. Contudo, é evidente que a existência dos bancos legaliza e formaliza a prática da usura, que é tão ou mais velha que o próprio capitalismo, e que é uma outra forma de nomear a agiotagem. Daí porque sempre há a tentativa de limitar os juros legalmente, o que nem sempre acontece. Desde o advento das práticas neoliberais, controlar os bancos e o sistema

financeiro passou a ser algo cada vez mais difícil.

Isadora Vitti – *Quais são suas críticas – acertos e erros – em relação à atual política econômica do governo federal?*

LMP – Atualmente acho que está tudo errado. Porque estão fazendo um pacote que chamamos de “política ortodoxa”, que envolve corte de gastos, que implica afetar políticas públicas importantes, taxas de juros elevadas, política de arrocho fiscal e arrocho monetário. Então, do ponto de vista da dinâmica da economia e do crescimento, a política do governo merece essas críticas que comentamos antes. Ninguém luta pelo crescimento por si só, inclusive porque, ambientalmente, tem-se que tomar alguns cuidados, já que o crescimento capitalista é muito predador. Mas o crescimento está ligado ao nível de emprego, então se é imposta uma recessão na economia capitalista, como tem sido a nossa já há alguns anos, corremos o risco de voltar atrás em tudo que tínhamos ganho em termos de redução da desigualdade. Começa-se a ter um nível de desemprego muito elevado.

O crescimento é importante por causa do nível de emprego. E creio que essa política está impondo um ritmo econômico de desaceleração que não será fácil nem rápido reverter, o que terá consequências para o nível de emprego, para o nível de renda e para a desigualdade. E o que está produzindo isso é essa combinação da política fiscal e da política monetária que está sendo feita agora, que é uma política ao gosto da mídia – mesmo que ela continue se opondo à Dilma – e ao gosto do setor bancário financeiro. Mas do ponto de vista do crescimento e da desigualdade, ela é uma política deletéria e eu sou uma forte crítica dela.

Isadora Vitti – *Como a senhora analisa a onda de protestos requisitando o impeachment da Dilma?*

LMP – Eu acho que a esquerda cometeu muitos erros no Brasil e isso facilitou para que a pior direita possível tomasse o espaço político. Então temos a criação de um ambiente muito fascista, muito retrógrado e conservador, que por natureza já seria contrário à presidente por ela ser mulher, por ter sido guerrilheira de esquerda e pela política que ela fez contra o mercado financeiro. E eu acho que essa direita que ganha espaço não é uma direita preocupada com a estabilidade das instituições para a estruturação do Brasil como nação, então para eles tudo é válido, qualquer coisa se torna possível.

Então, a fragilidade da presidenta Dilma está se mostrando como uma possibilidade de tirar o PT do governo federal antes da hora. Não podemos nos esquecer que, quando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi reeleito, o projeto do PSDB era ficar 20 anos no poder, mas ficaram oito anos e quem está perdurando mais é o PT – se a Dilma completar o mandato, o PT terá ficado

no comando do governo federal por 16 anos. O que está acontecendo é a construção de um ambiente conservador por erros da esquerda e erros do PT que ele deve assumir, desde se tornar fisiológico, até esquecer suas bases, fazer políticas conciliatórias inadmissíveis em determinados momentos e se envolver em corrupção. Isso num país que é conservador, que possui elites retrógradas e com uma mídia igualmente conservadora, e cujo controle, diga-se de passagem, o PT enquanto governo também se recusou a fazer, só poderia dar nisso.

Temos, então esse ambiente conservador, que foi ocupado pela direita mais reacionária, auxiliada pela mídia. E, do outro lado, essa perspectiva

que o PSDB percebe, que é a de destronar o PT. Impedir que a Dilma conclua o mandato será uma vitória pra eles, primeiro porque tira o PT do governo federal, e segundo, por aquilo que isso simbolizaria. Qual a narrativa que eles vão construir em cima disso pra afastar qualquer possibilidade de que o PT volte ao governo federal durante os próximos 50 anos? Isso é uma questão importante do ponto de vista da direita para mostrar a esquerda como inviável e irresponsável no governo.

Isadora Vitti – E a regulação da mídia é importante nessa perspectiva?

LMP – Sem dúvida alguma. O estratagema que tem sido usado para impedir isso é imediatamente interpretar essa necessidade de regulação da mídia como censura ou como tolhimento da liberdade de expressão. E não é nada disso. É uma coisa que existe em todos os países, mas no Brasil virou mito, não se pode tocar nesse assunto.

Isso foi um grande erro estratégico do PT, que podia ter enfrentado ou indiretamente ter dado forças para as mídias alternativas, e não foi feito nada disso. Pelo contrário, o que foi feito foi uma política de distribuição de verba como sempre foi feito, privilegiando aquela meia dúzia de sempre e deu no que deu.

Glossário:

Índice de Gini: criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento usado para medir o grau de concentração em qualquer tipo de distribuição. Numericamente, ele varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a distribuição e quanto mais distante dele, mais desigual ela é. Aplicado à distribuição de renda, significa que se hipoteticamente ele fosse zero, todos deteriam rigorosamente a mesma parcela da renda, e se ele fosse um (ou 100), a renda estaria toda concentrada nas mãos de uma única pessoa. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *(Nota da Entrevistada)*

DIANA HELENA DE BENEDETTO POZZI professora associada da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP) e editora responsável da Revista de Cultura e Extensão USP – e-mail: revistacultext@usp.br

BRUNO ROBERTO PADOVANO professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e editor associado da Revista de Cultura e Extensão USP

LEDA MARIA PAULANI economista e professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) – e-mail: paulani@usp.br

PRIMAVERA BORELLI professor titular da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (FCF-USP) e editora associada da Revista de Cultura e Extensão USP

SUZANA HELENA DE AVELAR GOMES professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e editora associada da Revista de Cultura e Extensão USP

WALDENYR CALDAS professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e editor associado da Revista de Cultura e Extensão USP

ISADORA VITTI graduanda em Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e repórter da Revista de Cultura e Extensão USP